



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 188/2014

Incorpora a Secretaria de Estado de Governo à Casa Civil e adota outras providências.

Art. 1º A Casa Civil incorpora a Secretaria de Estado de Governo, a que se refere o art. 1º da Lei nº 17.522, de 15 de março de 2013, e passa a ter as seguintes atribuições:

I - a assistência direta e imediata ao Governador do Estado na sua representação civil e política;

II - o relacionamento público com autoridades civis e políticas, relacionamento, no âmbito de sua atuação, com o Poder Executivo Federal, bem como com os Poderes Legislativos estadual, municipal e federal e com outras esferas de Governo;

III - a promoção, coordenação e acompanhamento das ações do Governo Estadual nos Municípios, em articulação com as demais secretarias e entidades públicas;

IV - o recebimento, estudo e triagem do expediente encaminhado ao Governador;

V - a organização de todo cerimonial público da Governadoria;

VI - a coordenação de unidades de representação do Governo no Estado ou fora dele;

VII - a coordenação, articulação e avaliação da execução dos programas, projetos e ações elencados como prioritários pelo Governo do Estado;

VIII - a realização de atividades de registro, controle e atribuição de celeridade ao trâmite dos processos referentes aos programas, projetos e ações com foco na atuação do órgão;

IX- a análise e elaboração de mensagens e respectivos anteprojeto de lei, bem como de decretos;

X - a coordenação da execução e avaliação dos resultados dos contratos de gestão firmados entre o Governador do Estado e os Secretários de Estado; e

XI - outras atividades correlatas.

Parágrafo único. A consultoria jurídica à Casa Civil será prestada pela Procuradoria-Geral do Estado.

Art. 2º Os contratos, acordos, convênios, termos de ajuste e outros compromissos de natureza jurídica correlata firmados pela Secretaria de Estado de Governo, passam a ser de responsabilidade da Casa Civil.

Art. 3º Transfere os cargos de provimento efetivo e em comissão, bem como as funções de gestão pública vinculadas à Secretaria de Estado de Governo para a Casa Civil, ressalvados os cargos previstos nos arts. 8º e 9º desta Lei, que serão destinados, respectivamente, à Casa Militar da Governadoria e à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

Art. 4º Extingue o cargo de Secretário de Estado de Governo.

Art. 5º Altera para Diretor Administrativo-Financeiro, símbolo DAS-1, a denominação do cargo de Diretor-Geral, símbolo DAS-1, transferido da Secretaria de Estado de Governo para a Casa Civil, nos termos do art. 3º desta Lei.

Art. 6º Compete ao Diretor-Geral da Casa Civil as atribuições previstas nos incisos do art. 47 da Lei nº 8.485, de 3 de junho de 1987, ressalvadas as funções previstas no art. 7º desta Lei.

Art. 7º Compete ao Diretor Administrativo-Financeiro da Casa Civil as seguintes atribuições:

I - coordenar a atuação dos grupos setoriais no âmbito da Casa Civil, centralizando as demandas de serviços a eles destinadas e facilitando o atingimento de seus propósitos como sistemas estruturantes;

II - praticar os atos administrativos relacionados com os sistemas de planejamento, orçamento, financeiro, de administração geral e de recursos humanos, em articulação com os respectivos responsáveis;

III - praticar os atos administrativos relacionados à gestão orçamentária e financeira da Casa Civil, tais como ordenar despesas, assinar empenhos, ordens de pagamento, boletins de crédito e respectivas notas de estorno e demais documentos correlatos, com observância da legislação em vigor;

IV - promover reuniões com os responsáveis por unidade de nível departamental para coordenação das atividades operacionais da Secretaria;

V - propor ao Secretário a realização de licitações, sugerindo, quando for o caso, a sua homologação, anulação ou dispensa;

VI - promover a elaboração da proposta orçamentária da Secretaria.

Art. 8º Transfere, da Secretaria de Estado de Governo para a Casa Militar da Governadoria, os seguintes cargos de provimento em comissão: um cargo de Assessor, símbolo DAS-1; um cargo de Assessor, símbolo DAS-3; um cargo de Assessor, símbolo DAS-4; sete cargos de Assessor, símbolo DAS-5; quatro cargos de Assistente, símbolo 1-C; dois cargos de Assistente, símbolo 2-C; quatro cargos de Assistente, símbolo 3-C; cinco cargos de Assistente, símbolo, 6-C; três cargos de Assistente, símbolo 10-C; e três cargos de Assistente, símbolo 15-C.

Art. 9º Transfere, da Secretaria de Estado de Governo para a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, o cargo de provimento em comissão de Chefe de Gabinete de Secretário de Estado, símbolo DAS-5, passando a denominar-se Chefe de Escritório Regional, mantido o mesmo símbolo.

Art. 10. Transfere, da Casa Civil para o Instituto das Águas do Paraná, um cargo de provimento em comissão de Assessor, símbolo DAS-4.

Parágrafo único. A simbologia do cargo de que trata o *caput* deste artigo fica transformada de DAS-4 em DAS-5, passando a denominar-se Gerente de Bacia Hidrográfica.

Art. 11. O art. 1º da Lei nº 12.215, de 10 de julho de 1998, alterado pela Lei nº 17.745, de 30 de outubro de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º. O serviço social autônomo, sem fins lucrativos, ECOPARANÁ, pessoa jurídica de direito privado, de interesse coletivo, passa a denominar-se PARANÁ PROJETOS, tendo como finalidade a promoção, a elaboração e o gerenciamento de projetos, visando à implementação do desenvolvimento integrado do território paranaense, segundo princípios de sustentabilidade local e regional."

Art. 12. O inciso V do art. 2º da Lei nº 12.215, de 1998, alterado pela Lei nº 17.745, de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

"V – firmar convênios, acordos ou ajustes com os três níveis de governo, ou seja, federal, estadual e municipal, bem como com pessoas físicas e jurídicas, para prestar serviços relacionados à elaboração e implementação de projetos públicos que viabilizem o desenvolvimento local e regional."

Art. 13. O art. 5º da Lei nº 12.215, de 1998, alterado pela Lei nº 17.745, de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º O Conselho de Administração do PARANÁ PROJETOS será composto por cinco membros, não remunerados, nomeados pelo Governador do Estado, sendo presidido pelo Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral."

Art. 14. O art. 17 da Lei nº 12.215, de 1998, alterado pela Lei nº 17.745, de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 17. Em caso de extinção da PARANÁ PROJETOS, os seus bens e direitos reverterão ao patrimônio do Estado do Paraná."

Art. 15. Os efeitos do art. 23 da Lei nº 17.465, de 2 de janeiro de 2013, passam a vigorar após o atendimento ao disposto no art. 19 da Lei retro citada.

Art. 16. Fica a cargo da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência proceder a readequação e os ajustes administrativos necessários à implementação dos dispositivos desta Lei, no que se refere à movimentação de servidores e da carga patrimonial.

Art. 17. Caberá ao Poder Executivo Estadual, por meio da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, elaborar os atos de reformulação e realizar a implantação das alterações organizacionais do órgão tratado nesta Lei.

Art. 18. Fica sob a responsabilidade da Secretaria de Estado da Fazenda a realização dos ajustes necessários para as alterações orçamentárias dos órgãos tratados nesta Lei.

Art. 19. Autoriza a participação dos Secretários de Estado, do Procurador-Geral do Estado e do Controlador-Geral nos Conselhos Nacionais dos seus respectivos órgãos, bem como o pagamento de anuidade aos referidos Conselhos Nacionais.

Art. 20. A participação do Secretário de Estado de Governo nos Conselhos de Administração das entidades do Poder Executivo Estadual e nos Conselhos Estaduais de Políticas passa à responsabilidade do Chefe da Casa Civil.

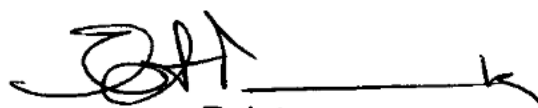
Art. 21. Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a abrir créditos adicionais necessários à implementação desta Lei.

Art. 22. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 27 de maio de 2014.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Antonio Carlos


Relator
Relator


Relator



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 219/2014

Concede o índice geral de 6,28% (seis vírgula vinte e oito por cento) nas tabelas de vencimento básico ou de subsídio das carreiras estatutárias Cíveis e Militar do Poder Executivo do Estado do Paraná.

Art. 1º Concede o índice geral de 6,28% (seis vírgula vinte e oito por cento) na referência salarial inicial das tabelas de vencimento básico ou de subsídio, com o consequente reflexo nos interníveis e interclasses, respeitada a amplitude salarial e a dinâmica intercargos, às carreiras estatutárias cíveis e militar do Poder Executivo do Paraná, em atendimento ao disposto no inciso X do art. 27 da Constituição Estadual.

Art. 2º O índice geral de 6,28% (seis vírgula vinte e oito por cento) aplica-se:

I - aos servidores ativos integrantes das carreiras estatutárias Cíveis e Militar;

II - à Carreira Técnica de Extensão Rural – EMATER;

III - aos Contratos de Regime Especial – CRES;

IV - aos servidores da PARANAEDUCAÇÃO;

V - aos servidores dos Convênios com Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAES;

VI - aos servidores contratados pelo Regime da Consolidação das Leis do Trabalho;

VII - aos servidores reintegrados sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho;

VIII - ao vencimento básico e demais vantagens dos cargos de provimento em comissão;

IX - às Funções de Gestão Pública, reguladas pela Lei nº 17.744, 30 de outubro de 2013;

X - às Funções Acadêmicas e Cargos em Comissão de Direção Acadêmica, reguladas pela Lei nº 16.372, de 30 de dezembro de 2009;

XI - à Função Comissionada de Confiança – FCC, regulada pela Lei nº 17.075, de 23 de janeiro de 2012;

XII - à Função Comissionada de Confiança – FCC, regulada pela Lei nº 17.026, de 20 de dezembro de 2011;

XIII - à Função Privativa Policial – FPP, regulada pela Lei nº 17.172, 24 de maio de 2012;

XIV - à Função Comissionada de Confiança do IAPAR – FCCI, regulada pelo art. 43 da Lei nº 18.005, de 27 de março de 2014;

XV - às quotas constantes do Anexo II da Lei Complementar nº 131, de 29 de setembro de 2010;

XVI – à gratificação pelo exercício de Encargos Especiais, regulada pelo Decreto nº 3.828, de 19 de novembro de 2008 e alterações; e

XVII – às gratificações previstas:

a) nos incisos I, II, IV, V e VI do art. 18 da Lei nº 13.666, de 5 de julho de 2002;

b) nos incisos I e II do art. 13 da Lei nº 17.026, de 2011;

c) na Lei nº 17.358, de 27 de novembro de 2012;

d) no inciso IV e nos §§ 2º, 3º e 4º do art. 29 da Lei nº 11.713, de 7 de maio de 1997;

e) na Lei nº 17.430, de 20 de dezembro de 2012;

f) na Lei nº 17.432, de 20 de dezembro de 2012;

g) na Lei nº 17.466, de 2 de janeiro de 2013; e

h) no art. 37 da Lei nº 18.005, de 2014.

Art. 3º Concede parcela complementar de vencimento aos servidores efetivos, aos contratados pelo regime especial – CRES, aos servidores da PARANAEDUCAÇÃO, aos servidores dos Convênios com as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE'S, aos servidores contratados pelo Regime da Consolidação das Leis do Trabalho e servidores reintegrados sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho, com carga horária de quarenta horas semanais, que percebam valor inferior ao estabelecido como Piso Salarial Mínimo Regional do Estado do Paraná - Grupo Ocupacional I.

§ 1º O valor da parcela complementar de vencimento prevista no *caput* deste artigo será igual à diferença entre o valor do vencimento básico do servidor e o valor estabelecido para o Grupo Ocupacional I do Piso Salarial Mínimo Regional do Estado do Paraná.

§ 2º O valor da parcela complementar de vencimento prevista no *caput* deste artigo não servirá de base para cálculos de vantagens vinculadas ao vencimento base, não integrará a base de cálculo da remuneração para fins de concessão de auxílio-transporte e auxílio-alimentação e não comporá base contributiva para a inatividade.

Art. 4º O disposto nesta Lei aplica-se aos inativos e geradores de pensão das carreiras estatutárias civis e militar do Poder Executivo, inclusive aos proventos decorrentes de aposentadorias de servidores alcançados pela Emenda Constitucional Federal nº 41, de 19 de dezembro de 2003.

Art. 5º O índice geral a que se referem os arts. 1º e 2º desta Lei não se aplica à carreira da Procuradoria-Geral do Estado, às Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista e Entes de Cooperação Econômica, e demais vantagens não previstas nesta Lei.

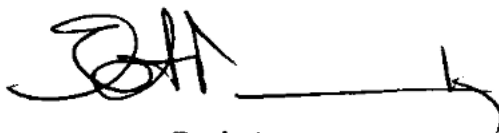
Art. 6º A aplicação do índice geral a que se referem os arts. 1º e 2º desta Lei e a parcela complementar de vencimento prevista no art. 3º, também desta Lei, serão implementados em folha de pagamento no mês de maio de 2014, com efeitos financeiros a partir do dia 1º.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 27 de maio de 2014.



ALEXANDRE CURI
Presidente



Relator
Fosden Euson



Relator
Dakota M



Relator
Tomilla



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 220/2014

Dispõe sobre os valores dos vencimentos básicos e gratificações dos servidores ativos e inativos do quadro efetivo do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, em observância ao inciso X do art. 37 da Constituição Federal e concede gratificação de Função Privativa-Policial aos componentes da Assessoria Militar.

Art. 1º Os valores dos vencimentos básicos e gratificações dos servidores ativos e inativos do quadro de pessoal efetivo e a remuneração dos cargos em comissão do Tribunal de Contas do Estado do Paraná ficam reajustados em 6,28% (seis vírgula vinte e oito por cento), nos termos do Anexo I desta Lei.

Parágrafo único. O reajuste disposto neste artigo também se aplica aos servidores inativos que não possuem paridade salarial com os servidores ativos.

Art. 2º A Função Privativa-Policial criada pela Lei nº 17.172, de 24 de maio de 2012, poderá ser atribuída aos Policiais Militares cedidos para atuação perante o Gabinete da Assessoria Militar do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

§ 1º Os valores da verba transitória, atribuída por ato do Presidente do Tribunal de Contas, são os relacionados no Anexo I desta Lei.

§ 2º O regime jurídico da Função Privativa-Policial é o previsto na Lei nº 17.172, de 2012, sendo facultado ao Presidente do Tribunal de Contas regulamentar os casos omissos, no âmbito de sua competência.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Lei, relacionadas aos servidores ativos e inativos, correrão por conta da dotação orçamentária própria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e do PARANAPREVIDÊNCIA, quando couber.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de maio de 2014.

Sala das Comissões, 27 de maio de 2014.



ALEXANDRE CURI
Presidente



Relator *Rafael Ensaú*



Rafael Ensaú



Adriano



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 221/2014

Reajusta, conforme especifica, o
vencimento básico dos servidores do
Ministério Público do Estado do Paraná.

Art. 1º Concede reajuste no percentual de 6,28% (seis vírgula vinte e oito por cento) na referência salarial inicial das tabelas do vencimento básico, com o consequente reflexo nos interníveis, de todos os ocupantes de cargos efetivos e de provimento em comissão do Quadro de Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná, em observância ao disposto no inciso X do art. 27 da Constituição Estadual e no art. 3º da Lei nº 16.175, de 10 de julho de 2009.

§ 1º A aplicação do percentual a que se refere o *caput* deste artigo corresponde ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, acumulado, relativo ao período compreendido entre os meses de maio de 2013 e abril de 2014.

§ 2º O disposto nesta Lei se aplica aos inativos originários do Quadro de Pessoal do Ministério Público do Estado do Paraná, inclusive aos proventos decorrentes de aposentadorias de servidores alcançados pela Emenda Constitucional Federal nº 41, de 19 de dezembro de 2003, sem paridade assegurada.

§ 3º Reajusta, no mesmo percentual, os proventos de aposentadoria e os benefícios dos geradores de pensão do Quadro de Pessoal do Ministério Público do Estado do Paraná, concedidos com fundamento no art. 40 da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional Federal nº 41, de 2003, e no art. 2º da mesma emenda, regulamentada pela Lei Federal nº 10.887, de 18 de junho de 2004.

Art. 2º A concessão do reajuste nos percentuais fixados no art. 1º desta Lei e a implementação em folha de pagamento ficam condicionadas à disponibilidade orçamentária e financeira, ao comportamento da receita ao longo do exercício de 2014 e às disposições da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.


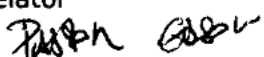
Art. 3º As tabelas dos Anexos I, II, III e IV da Lei nº 17.583, de 4 de junho de 2013, passam a vigorar com os valores dos Anexos I, II, III e IV da presente Lei.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão a conta de dotação orçamentária própria do Ministério Público do Estado do Paraná e pela Parana Previdência, nos casos que lhe couberem.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de maio de 2014.

Sala das Comissões, 27 de maio de 2014.


ALEXANDRE CURÍ
Presidente


Relator



Relator


Relator



PROJETO DE LEI 120/14

PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Súmula: Dispõe sobre a destinação dos recursos de que trata a Lei Federal nº 12.858, de 2013, para as Áreas de Educação e Saúde, no âmbito do Estado do Paraná.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º No âmbito do Estado do Paraná, para fins de cumprimento da meta prevista no inciso VI do *caput* do art. 214 e no art. 196 da Constituição Federal, os recursos previstos na Lei Federal nº 12.858, de 09 de setembro de 2013, serão destinados exclusivamente para a Educação Pública, com prioridade para a Educação Básica, e para a Saúde, nos montantes de 75% (setenta e cinco por cento) e 25% (vinte e cinco por cento), respectivamente, na forma do regulamento.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM
Nº 009/2014

Curitiba, 07 de março de 2014.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

**LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D.L.**

Em, 11 MAR. 2014

1º Secretário

Senhor Presidente,

I - À DAP para leitura no expediente.
II - À DL para providências.

Em, 10/03/2014

Presidente



Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva dispor sobre a destinação dos recursos de que trata a Lei Federal nº 12.858, de 09 de setembro de 2013, para as Áreas de Educação e Saúde, no âmbito do Estado do Paraná.

A presente medida visa atender ao disposto pela supracitada Lei Federal que dispõe sobre a destinação para as Áreas de Educação e Saúde, de parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural, com a finalidade de cumprimento da meta prevista no inciso VI do *caput* do art. 214 e no art. 196 da Constituição Federal.

A Lei Federal em comento determina que os recursos sejam aplicados no montante de 75% na área de educação e de 25% na área de saúde.

Desta forma, urge, pois, a imediata apreciação e aprovação da presente proposta, para que o Estado do Paraná possa obter a parcela que lhe cabe em relação ao repasse previsto na lei.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

FLÁVIO ARNS

Governador do Estado em exercício

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

AJB/Prot. 13.023.630-8

Art. 214. A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - melhoria da qualidade do ensino;

IV - formação para o trabalho;

V - promoção humanística, científica e tecnológica do País.

VI - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)





Seção II DA SAÚDE

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos



LEI Nº 12.858, DE 9 DE SETEMBRO DE 2013.

Dispõe sobre a destinação para as áreas de educação e saúde de parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural, com a finalidade de cumprimento da meta prevista no inciso VI do caput do art. 214 e no art. 196 da Constituição Federal; altera a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989; e dá outras providências.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a destinação para as áreas de educação e saúde de parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural, de que trata o § 1º do art. 20 da Constituição Federal.

Art. 2º Para fins de cumprimento da meta prevista no inciso VI do caput do art. 214 e no art. 196 da Constituição Federal, serão destinados exclusivamente para a educação pública, com prioridade para a educação básica, e para a saúde, na forma do regulamento, os seguintes recursos:

I - as receitas dos órgãos da administração direta da União provenientes dos royalties e da participação especial decorrentes de áreas cuja declaração de comercialidade tenha ocorrido a partir de 3 de dezembro de 2012, relativas a contratos celebrados sob os regimes de concessão, de cessão onerosa e de partilha de produção, de que tratam respectivamente as Leis nºs 9.478, de 6 de agosto de 1997, 12.276, de 30 de junho de 2010, e 12.351, de 22 de dezembro de 2010, quando a lavra ocorrer na plataforma continental, no mar territorial ou na zona econômica exclusiva;

II - as receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios provenientes dos royalties e da participação especial, relativas a contratos celebrados a partir de 3 de dezembro de 2012, sob os regimes de concessão, de cessão onerosa e de partilha de produção, de que tratam respectivamente as Leis nºs 9.478, de 6 de agosto de 1997, 12.276, de 30 de junho de 2010, e 12.351, de 22 de dezembro de 2010, quando a lavra ocorrer na plataforma continental, no mar territorial ou na zona econômica exclusiva;

III - 50% (cinquenta por cento) dos recursos recebidos pelo Fundo Social de que trata o art. 47 da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, até que sejam cumpridas as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação; e

IV - as receitas da União decorrentes de acordos de individualização da produção de que trata o art. 36 da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010.

§ 1º As receitas de que trata o inciso I serão distribuídas de forma prioritária aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios que determinarem a aplicação da respectiva parcela de receitas de royalties e de participação especial com a mesma destinação exclusiva.

§ 2º A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP tomará público, mensalmente, o mapa das áreas sujeitas à individualização da produção de que trata o inciso IV do caput, bem como a estimativa de cada percentual do petróleo e do gás natural localizados em área da União.

§ 3º União, Estados, Distrito Federal e Municípios aplicarão os recursos previstos nos incisos I e II deste artigo no montante de 75% (setenta e cinco por cento) na área de educação e de 25% (vinte e cinco por cento) na área de saúde.



Art. 3º Os recursos dos royalties e da participação especial destinados à União, provenientes de campos sob o regime de concessão, de que trata a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, cuja declaração de comercialidade tenha ocorrido antes de 3 de dezembro de 2012, quando oriundos da produção realizada no horizonte geológico denominado pré-sal, localizados na área definida no inciso IV do caput do art. 2º da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, serão integralmente destinados ao Fundo Social previsto no art. 47 da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010.

Art. 4º Os recursos destinados para as áreas de educação e saúde na forma do art. 2º serão aplicados em acréscimo ao mínimo obrigatório previsto na Constituição Federal.

Art. 5º O § 1º do art. 8º da Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8º

§ 1º As vedações constantes do caput não se aplicam:

I - ao pagamento de dívidas para com a União e suas entidades;

II - ao custeio de despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino, especialmente na educação básica pública em tempo integral, inclusive as relativas a pagamento de salários e outras verbas de natureza remuneratória a profissionais do magistério em efetivo exercício na rede pública.

....." (NR)

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 9 de setembro de 2013; 192º da Independência e 125º da República.

DILMA ROUSSEFF

Guido Mantega

Aloizio Mercadante

Alexandre Rocha Santos Padilha

Edison Lobão

Este texto não substitui o publicado no DOU de 10.9.2013





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 120/2014

Projeto de Lei nº 120/2014

Autor: Poder Executivo – Mensagem 09/2014.

Súmula: Dispõe sobre a destinação dos recursos de que trata a Lei Federal nº 12.858, de 2013, para as áreas de Educação e Saúde, no âmbito do Estado do Paraná.

EMENTA: DESTINAÇÃO DOS RECURSOS DE QUE TRATA A LEI FEDERAL 12858/2013, PARA AS ÁREAS DE EDUCAÇÃO E SAÚDE. ART 196 E 214; VI DA CF. COMPETÊNCIA DO CHEFE DO EXECUTIVO. ART. 66, IV E ART 87, VI DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 09/2014, visa dispor sobre a destinação dos recursos de que trata a Lei Federal nº 12.858, de 2013, para as áreas de Educação e Saúde, no âmbito do Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no **artigo 33-A, inciso I do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 33 – A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Em prosseguimento ao processo legislativo, tal iniciativa foi remetida a esta Comissão de Constituição e Justiça e ao examiná-la constata-se que o assunto envolve a Administração Pública.

Importante observar que, no artigo 24, inciso IX, da Constituição Federal está disposta a competência concorrente entre Estados e União para legislar sobre Educação, conforme segue:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

IX - educação, cultura, ensino e desporto;

Cumpre salientar que tal iniciativa legislativa, prevista na **CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ**, artigo 66, é do Governador do Estado, conforme segue:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado às leis que disponham sobre:

(...)

IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ, em seu artigo 87, prevê a competência privativa do Governador para dispor sobre a administração estadual, adiante transcrito:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

(...)

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração estadual, na forma da lei;

O tema ainda encontra sua disposição nos artigos 196 e 214, VI, da Constituição Federal, conforme segue:

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Art. 214. A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a:

(...)

VI - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



E nesse sentido, determina a Lei Federal nº 12.858/2013 o que segue:

Art. 2º Para fins de cumprimento da meta prevista no inciso VI do caput do art. 214 e no art. 196 da Constituição Federal, serão destinados exclusivamente para a educação pública, com prioridade para a educação básica, e para a saúde, na forma do regulamento, os seguintes recursos:

(...)

II - as receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios provenientes dos royalties e da participação especial, relativas a contratos celebrados a partir de 3 de dezembro de 2012, sob os regimes de concessão, de cessão onerosa e de partilha de produção, de que tratam respectivamente as Leis nºs 9.478, de 6 de agosto de 1997, 12.276, de 30 de junho de 2010, e 12.351, de 22 de dezembro de 2010, quando a lavra ocorrer na plataforma continental, no mar territorial ou na zona econômica exclusiva;

Desta feita, verifica-se que a iniciativa legislativa do Poder Executivo visa regulamentar determinação de Lei Federal, estando perfeitamente dentro da Constitucionalidade e Legalidade.

Quanto à Lei Complementar nº 101/2000, não há qualquer afronta, eis que o projeto em tela visa à destinação de recursos futuros à Educação Básica e Saúde, inexistindo impacto financeiro.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar nº 95/98.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE**.

Sala das Comissões, 18 de março de 2014.



DEPUTADO ADEMAR TRAIANO

RELATOR


DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE


Dep. Scalapco


Dep. Terno

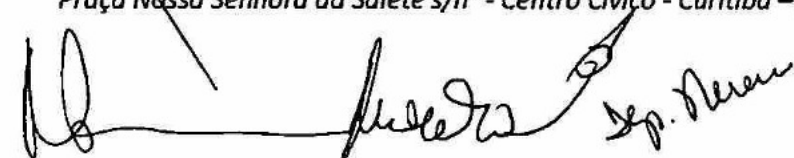

Dep. Tassinari


Dep. Curi

APROVADO

18.03.14

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná


Dep. Neri



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 120/2014

RELATÓRIO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, oriundo da Mensagem 009/14, dispõe sobre a destinação dos recursos de que trata a Lei Federal nº 12.858, de 09 de setembro de 2013, para as Áreas de Educação e Saúde, no âmbito do Estado do Paraná.

Inicialmente observamos que a matéria foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Ademar Traiano exarou o devido parecer favorável, em virtude de sua constitucionalidade e legalidade.

Procedida a análise da Proposição, sob a mira desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações determinadas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos que o projeto tem por objetivo cumprir ao disposto na Lei Federal nº 12.858/13, nas áreas de Educação e Saúde.

FUNDAMENTAÇÃO

Vale ressaltar que a Constituição do Estado em seus arts. 65, 66 e 87 garantem ao Governador a competência para iniciar Leis dessa natureza.

De igual modo a Constituição Federal em seu art. 24, IX, garante aos Estados legislarem sobre o tema.

Em relação a Lei Complementar Federal nº 101/00, não há que se falar em desrespeito à mesma, pois não existe impacto financeiro-orçamentário, uma vez que o Estado vai obter a parcela que lhe cabe em relação ao repasse constante da referida Lei Federal nº 12.858/13, quando a presente proposição for aprovada.

CONCLUSÃO

Isto posto, esta Comissão de Finanças, opina pela aprovação do Projeto de Lei nº 120/2014.

Sala das Comissões, 26/03/14



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

Jonas
DEPUTADO JONAS GUIMARÃES
PRESIDENTE

Elio
DEPUTADO ELIO RUSCH
RELATOR

Elio
Dep. Elio

Wilson
Dep. Wilson

Waldyr
Dep. Waldyr

Buhrer
Dep. Buhrer



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 120/2014

Projeto de Lei nº 120/2014

Autor: PODER EXECUTIVO

PREFÁCIO

O presente projeto de Lei, visa dispor sobre a destinação dos recursos de que trata a Lei Federal nº 12.858 de 2013, para as áreas de Educação e Saúde, no âmbito do Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

O presente projeto de Lei, de autoria do Poder Executivo, dispõe sobre a destinação dos recursos de que trata a Lei Federal nº 12.858 de 2013, para as áreas de Educação e Saúde.

A presente proposta foi apreciada pela Comissão de Constituição e Justiça, sendo relatada pelo Deputado Estadual Ademar Traiano, o qual emitiu um parecer favorável em virtude de sua constitucionalidade e legalidade.

A presente proposta visa atender ao disposto pela Lei Federal 12.858 de 09 de setembro de 2013, que relata sobre a destinação para as áreas de educação e saúde, de parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pelo

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury




exploração de petróleo e gás natural, com a finalidade de cumprimento da meta prevista no inciso VI do caput do art. 214 e no art. 196 da Constituição Federal.

CONCLUSÃO

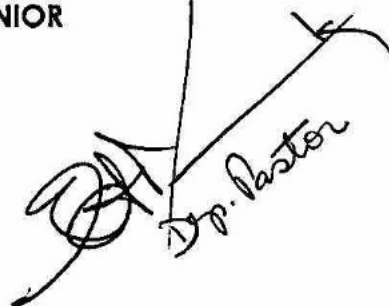
Diante do exposto, entende-se pela APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei, em virtude da importância da matéria apresentada.

Sala das Comissões, 02 de abril de 2014.


DEPUTADO ADELINO RIBEIRO
PRESIDENTE


DEPUTADO EVANDRO JUNIOR
RELATOR


Dep. Elias


Dep. Pastor


Dep. Aníbal Neto



COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 120/2014


O presente Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre a destinação dos recursos de que trata a Lei Federal nº 12.858, de 2013, para as Áreas de Educação e Saúde, no âmbito do Estado do Paraná.


A matéria já recebeu análise, da constitucionalidade e legalidade, da Douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável.


Chamada a opinar, a Comissão de Saúde Pública encontra méritos indiscutíveis no Projeto de Lei em tela, pois a proposta tem por objetivo atender ao disposto pela supracitada Lei Federal que dispõe sobre a destinação para Áreas de Educação e Saúde, de parcela da participação no resultado ou de compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural, com a finalidade de cumprimento da meta prevista no inciso VI do *Caput* do art.214 e no art. 196 da constituição.

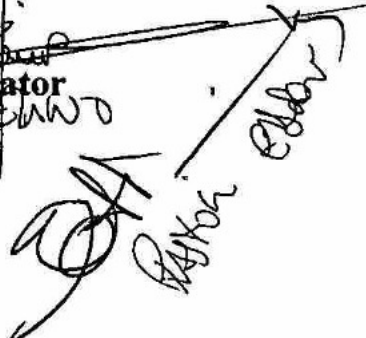
Isto posto, opinamos pela aprovação do Projeto.

Sala das Comissões, em 19 de maio de 2014.


Dr. Batista
Presidente


Relator







LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.
Em, 29 ABR. 2014
1º Secretário



Senhor Presidente

I - À DAP para leitura no expediente.

II - À DL para providências

Em, 28/04/2014

Presidente

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

VETO Nº 4/14

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 84/2014-DAP/SA, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 46/2013, por considerá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

O Projeto de Lei nº 46/2013, de autoria parlamentar, torna obrigatória a presença de cirurgiões dentistas na equipe multiprofissional de todos os hospitais gerais do Estado do Paraná que contam com capacidade normal ou de operação de mais de cinquenta leitos, para os cuidados da saúde bucal dos pacientes internados e em atendimento.

O não acolhimento ao Projeto de Lei em exame decorre de inconstitucionalidade por vício de iniciativa, pois fere o inciso IV do art. 66 da Constituição Estadual, onde versa que compete privativamente ao Governador do Estado as leis que disponham sobre "criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública". Vejamos:

"Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativamente ao Governador do Estado as leis que disponham sobre:

*...
IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública."*

Esses são os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Assembleia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado **VALDIR ROSSONI**
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/Prot.nº 11.818.371-1



Projeto de Lei nº 46/2013
(Autoria da Deputada Luciana Rafagnin)

Torna obrigatória a prestação de assistência odontológica aos pacientes em hospitais gerais.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º Torna obrigatória a presença de cirurgiões dentistas na equipe multiprofissional de todos os hospitais gerais do Estado do Paraná que contam com capacidade normal ou de operação de mais de cinquenta leitos, para os cuidados da saúde bucal dos pacientes internados e em atendimento.

Parágrafo único. Caberá ao cirurgião dentista o atendimento preventivo e de emergência aos pacientes.

Art. 2º A aplicação do disposto nesta Lei se dará de forma gradativa, conforme disponibilidade de profissionais habilitados nos quadros do Estado, respeitando-se ainda a disponibilidade orçamentária-financeira e as disposições da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 3º Regulamento disporá sobre a aplicação de penalidade em virtude do descumprimento desta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor após decorridos noventa dias de sua publicação oficial.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Projeto de Lei nº 46/2013

fls. 2



Art. 5º Revoga a Lei nº 16.786, de 11 de janeiro de 2011.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 25 de março de 2014.


Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente


Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
1º Secretário


Deputado ADEMIR BIER
2º Secretário



PARECER À PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 04/2014

PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 04/2014

AUTOR: PODER EXECUTIVO

SÚMULA: Veta o projeto de lei nº 46/2013, que torna obrigatória a prestação de assistência odontológica aos pacientes em hospitais gerais.

EMENTA: PROPOSIÇÃO DE VETO. TEMPESTIVO NOS TERMOS ART. 71, §1º CF. ENCAMINHAMENTO AO PLENÁRIO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei nº 46/2013, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, que torna obrigatória a prestação de assistência odontológica aos pacientes em hospitais gerais, restou vetado pelo Senhor Governador do Estado, pelo uso das atribuições previstas no artigo 71, §1º da Constituição Federal Brasileira.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a tempestividade da proposição de veto ora em tela.

A Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 71, que o Governador do Estado quando considerar determinado Projeto de Lei inconstitucional, deve vetá-lo, em até quinze dias úteis, contados da data do seu recebimento.

Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifo nosso)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Assim, considerando-se que o projeto de lei nº 46/2013 foi enviado à sanção e recebido pelo Poder Executivo em data de **01 de abril de 2014**, iniciando a contagem como determinada na Constituição Estadual, temos que a proposição de veto nº 04/2014, foi exarada em data de **25 de abril de 2014**, sendo desta maneira tempestivo.

Esta Comissão de Constituição e Justiça, dentro de suas competências regimentais, atesta que o veto foi aposto tempestivamente, respeitando o prazo legal.

CONCLUSÃO

Em razão do exposto, haja vista o procedimento de veto seguir os ditames constitucionais, esta comissão posiciona-se **FAVORÁVEL** ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, 06 de maio de 2014.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR

APROVADO

06/05/14

Placa Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná